XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

2017

O espaço do testemunho: patrimônio como justiça de transição

Anne M. A. Capelo*, Cristina Meneguello

Resumo

Este projeto de Iniciação Científica procura compreender as dimensões presentes no processo de tombamento encabeçado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) do conjunto de edifícios que pertencem ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão subordinado ao Exército brasileiro, na cidade de São Paulo, proveniente da Ditadura Civil-Militar. Procura-se, através deste estudo, entender as práticas patrimoniais usadas para legitimar o tombamento desse espaço - um antimonumento por excelência - uma vez que o conjunto não possui uma característica material definidora de um pedido “comum” de tombamento arquitetônico. Investiga-se se esta característica peculiar – este processo de tombamento que explicita o combate entre o imaterial e o material - é erigida sobre uma perspectiva relacionada a uma política de prática transicional, ou seja, como parte da chamada “justiça de transição”.

Palavras-chave:

DOI-CODI, patrimônio, memória

Introdução

A difícil relação entre testemunho, memória, materialidade e justiça conjugam a trama central deste projeto de pesquisa. Para tanto, o processo de tombamento das instalações que um dia perteceram à OBAN e, posteriormente, ao DOI-CODI de São Paulo, elaborado pelo CONDEPHAAT coordena os caminhos pelos quais esta pesquisa trilhou a fim de reconhecer as maneiras pelas quais as negociações políticas, materiais e de memórias traumáticas são tratados por este órgão de tombamento, assim como pelo seu conselho e por aqueles que entraram com o pedido de tombamento, a saber: Ivan Akselrud de Seixas (ex-presos político), CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – SP); Grupo Tortura Nunca Mais / São Paulo; Fórum do Ex-Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos e Núcleo de Preservação da Memória Política, ou seja, agentes diretamente afetados pela violência perpetrada pelo Estado ditador. O processo de tombamento é, portanto, entendido como documento privilegiado para a apreensão desta arena de negociações, assim como sua construção como porta-voz de uma narrativa histórica que pode nos provocar reflexões acerca do processo de transição à democracia.

Resultados e Discussão

A pesquisadora Deborah Neves em sua dissertação de mestrado propõe que “a memória, no caso do Brasil, tem substituído o papel da justiça” (1). Isto significa que através da Lei da Anistia de 1979 e da impossibilidade de acesso a grande parte dos arquivos oficiais militares, muitos crimes praticados no período foram ocultados. A dificuldade que essas duas características trazem aos familiares e vítimas da ditadura transforma-se em marcação física, através, também, do processo de tombamento, na forma de denúncia do espaço da cidade que testemunhou as violações perpetradas pelo Estado sob a forma de torturas. A busca por justiça, então, dá-se

sob a forma material desse conjunto de edifícios em que o princípio do testemunho é levado à cabo pelas vítimas.

Conclusões

Nas dependências dos edifícios aqui tratados, práticas de violações aos direitos humanos foram perpetrados pelo regime ditatorial. Prescindindo de apelo estético, porém carregado de forte simbologia política, as antigas instalações da OBAN e do DOI-CODI trazem dilemas a serem discutidos pelo campo patrimonial e político. O primeiro deles, evidentemente, é a falta de motivação artística e arquitetônica para o tombamento do conjunto enquanto coisa material. O segundo, é a capacidade do patrimônio de participar de um processo de transição. Para que se possa compreender o que estes dilemas significam, é fundamental entender que a prática do tombamento se dá como uma prática social criadora de valores. Assim, este tombamento atua como via de mão dupla: o que é denunciado não é apenas um modo de operação da repressão e da violência próprios da ditadura, mas também como o Estado democrático absorve os rastros deixados por ela.

Agradecimentos

Agradeço à Cristina Meneguello pela generosa orientação.

O projeto *O espaço do testemunho: patrimônio como justiça de transição* (800295/2016-1) foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC / CNPQ.

Agradeço à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, assim como os delegados responsáveis, por autorizarem a minha visita ao conjunto de edificações do extinto DOI-CODI.

¹ In: NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. 2014. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 87.